

FAZER EDIÇÕES COM EDIÇÕES: PERITOS E COMUNIDADES^{*,**}

João Dionísio^{***}

 <https://orcid.org/0000-0002-5211-0290>

Como citar este artigo: DIONÍSIO, J. Fazer edições com edições: peritos e comunidades. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-17, jan./abr. 2021. DOI 10.5935/1980-6914/eLETDO2114243

Submissão: dezembro de 2020. **Aceite:** janeiro de 2021.

Resumo: A primeira parte deste trabalho apresenta o início da história externa das edições do *Livro do desassossego*, de Fernando Pessoa, e a respectiva recepção. A projectualidade do *Desassossego* é confirmada por abordagens editoriais diferentes que, no plano da selecção dos fragmentos e da sua ordenação, não produziram resultados consensuais. Esta diversidade de apropriações é acolhida e promovida no *Arquivo LdoD*, uma plataforma digital que visa conciliar os interesses dos peritos com os da comunidade. O presente trabalho reflecte sobre a maneira como essa conciliação é operada.

Palavras-chave: Arquivo digital. Edição crítica. Edição social. Fernando Pessoa. *Livro do desassossego*.

* O presente estudo, sobre aspectos da circulação do *Livro do desassossego*, de Fernando Pessoa, não pertence de maneira nítida ao formato artigo, recensão, ensaio ou depoimento. O seu foco na tensão entre a chamada edição social e a edição académica (no sentido de *scholarly edition*) não contende com a expressão de um juízo pessoal em dois domínios: das edições do *Desassossego*, é a de Jerónimo Pizarro a que mais vai ao encontro das minhas expectativas de leitor; por seu lado, o *Arquivo LdoD* parece-me ser a iniciativa em Portugal mais próxima do que Peter Shillingsburg (2006, p. 88) chamou sítios de conhecimento. Não pretendendo fundamentar o primeiro juízo, faço, no final, algumas observações sobre uma implicação do segundo. Quero agradecer os comentários que Manuel Portela, António Rito Silva e Cecília Magalhães fizeram a uma versão preliminar deste trabalho. Graças a eles pude afinar vários passos do argumento que procuro desenvolver. Os erros e miopias perceptivas que persistirem são, claro, da minha responsabilidade.

** Este trabalho é financiado por fundos nacionais portugueses através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I. P., no âmbito do projecto UIDB/00214/2020.

*** Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: joaodionisio@campus.ul.pt.

■ **O**utro **agora**. A essência do que se tem entendido por edição pode expressar-se pelas duas últimas palavras do poema de Fernando Pessoa “Pobre velha música!”, publicado em 1925 no número inaugural da revista *Athena*:

*Pobre velha musica!
Não sei por que agrado,
Enche-se de lagrimas
Meu olhar parado.*

*Recordo outro ouvir-te.
Não sei se te ouvi
Nessa minha infancia
Que me lembra em ti.*

*Com que ancia tam raiva
Quero aquelle outrora!
E eu era feliz? Não sei:
Fui-o outrora agora. (PESSOA, 1925, p. 83).*

Estas duas últimas palavras, já Pessoa as destacara em posição rimática, por exemplo, na tradução de uma parte do poema “Christabel”, de Coleridge, para a *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* (1911-1912): “Mas não ha raio, calôr nem frio / Que possa de todo apagar agora / Sinais daquillo que foi outrora” (PESSOA, 2018, p. 210; SARAIVA, 1996)¹; ou, pouco mais tarde, e também no remate, num poema que não chegou a publicar em vida: “Súbitas confissões de outro que eu fui outrora / Antes da Vida, e viu Deus, e eu não o sou agora” (PESSOA, 2020, p. 93). Sendo estes advérbios de tempo os termos de uma intensa cisão do sujeito na escrita pessoana, podem também sinalizar a actividade de aproximação entre dois tempos (o do autor e o do leitor) a que a prática editorial, no seu propósito de representação, procura fazer justiça. Segundo Luciana Stegagno Picchio (1979, p. 214), tal aproximação consiste em “entender, no sentido mais amplo do termo, quanto um outro homem, mesmo distante no tempo e no espaço, confiou aos signos”².

No quadro de uma aproximação a tempos passados, e tendo em conta que estas observações se ocupam do *Livro do desassossego* enquanto desafio editorial, convém desde já lembrar como o conjunto variável de textos a que se costuma dar este título é uma entidade tardia na história da edição pessoana. É sabido que a vulgata de Pessoa começa em 1942 com a publicação do volume dedicado às poesias do ortónimo; sucedem-lhe os volumes da poesia heterónima e a seguir, de regresso à escrita em nome de Fernando Pessoa, livros com títulos (*Poesias inéditas*, nos anos 1950, e *Novas poesias inéditas*, em 1973) que mostram os resultados da exploração gradual do espólio então à guarda da família do escritor. Por diversas circunstâncias, a edição do *Desassossego*, afinal o projecto que, à parte a poesia ortónima e heterónima, seria a mais notável das aspirações literárias de Pessoa, foi sendo adiada. Não interessa fazer aqui a história da primeira edição deste projecto (cf. BLANCO, 2020), importando, contudo,

1 O texto de Coleridge diz: “Shall wholly do away, I ween, / The marks of that which once hath been”, mostrando como o par agora/outrora é uma opção forte do tradutor.

2 O programa assim formulado por Stegagno Picchio serviu para a explicação do paradigma filológico por parte de Eduardo Prado Coelho, que a este respeito produziu uma leitura contestável. Na abordagem filológica, segundo ele, “o ruído do tempo, isto é, a história, é o terceiro excluído” (COELHO, 1987, p. 221; cf. COELHO, 1987, p. 226). A filologia é uma disciplina da história.

recordar que ela é publicada em 1982, 40 anos exactos depois de se ter dado início à vulgata pessoana. A capa dessa edição expressa bem não só os papéis desempenhados por quem a preparou (Jacinto do Prado Coelho: organização e prefácio, Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha: recolha e transcrição dos textos), mas sobretudo os principais critérios para a discussão e avaliação desta e das edições futuras: a constituição do *corpus*, a sequência por que foi disposto e a decifração das unidades que o compõem³.

A reacção à edição de 1982 é entusiástica. Na revista *Colóquio/Letras*, Robert Bréchon (1983, p. 100) escreve em modo de celebração triunfal: “Aqui o temos, finalmente, esse *Livro* de que até há pouco só podiam ser lidos fragmentos esparsos e que os comentadores invocavam sem o conhecer”. Já no balanço do ano literário de 1982, Eduardo Prado Coelho classifica a publicação como “um acontecimento maior”, embora seja cauteloso na referência aos fragmentos organizados por seu pai (constituiriam eles “o material susceptível de ser integrado no projecto do *Livro do desassossego* que Fernando Pessoa foi elaborando durante longos anos da sua vida”), adiantando uma caracterização que tem ar de vaticínio: “esta obra que vive do seu próprio adiamento” (COELHO, 1983, p. 5). Veja-se como, unidos em reacção celebratória, Bréchon e Eduardo Prado Coelho adoptam pontos de vista algo diferentes: para aquele, o livro tinha chegado; para este, a obra vive da condição de projecto. Depois, o *Desassossego* vai sendo difundido além-fronteiras: logo em 1984 em espanhol pela tradução de Ángel Crespo; em alemão, com a transposição assegurada por Georg Rudolf Lind, em 1985 (*A IRRADIAÇÃO*, 1985, p. 115) e assim por diante, noutras línguas europeias e não europeias, na dependência em medida variável da edição portuguesa inaugural e das que lhe sucederam.

Em 1985, três anos depois de ter saído a edição Coelho/Galhoz/Cunha, a obra de Pessoa cai em domínio público, passando, por isso, a poder ser editada livremente sem necessidade de acordo contratual com os herdeiros. A partir deste momento (com uma breve interrupção motivada por nova queda em domínio privado devida à extensão dos direitos dos herdeiros de 50 para 70 anos⁴), são elaboradas novas edições do *Desassossego*. A primeira, organizada exclusivamente por Teresa Sobral Cunha e com atribuição do texto a duas figuras heteronímicas (Bernardo Soares e Vicente Guedes), vem a lume em 1990, com a chancela da editorial Presença. Essa nova edição ocasiona uma recensão de Richard Zenith, que, reconhecendo melhorias substanciais na fixação e no tratamento organizativo de alguns fragmentos, bem como na integração de novos materiais e na exclusão de outros que não deveriam fazer parte do *corpus*, assinala certas reservas. A recensão termina com uma lista de *desiderata*:

Se forem restituídas as cotas e as indículas; se metade dos “fragmentos” inéditos forem retirados para publicação separada sob o título Pensamentos sortidos de Fernando Pessoa, ou outro qualquer; se for encontrado alguém capaz de cotejar pacientemente as transcrições; se for empregue um maior rigor na indicação de lacunas e leituras conjecturais – poderemos vir a ter, enfim, uma ainda melhor edição do Livro do Desassossego (ZENITH, 1992, p. 221).

3 A atribuição heteronímica destes fragmentos parece-me ser um critério de segundo grau, menos decisivo, portanto, para um juízo crítico acerca das edições do *Desassossego*.

4 Cf. Council Directive 93/98/EEC of 29 October 1993 harmonizing the term of protection of copyright and certain related rights. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A31993L0098>. E, em relação a Portugal, o Decreto-Lei nº 334/1997, de 27 de novembro.

A resposta de Teresa Sobral Cunha a esta crítica começa por ser um tanto corporativa (tradutores, condição por que era então mais conhecido Richard Zenith, não editam): “Que venha agora alguém que, pela actividade tradutora, apenas opera nos arredores dos estudos pessoanos, manifestar total incompreensão pela produtividade de tais subsídios, talvez não devesse surpreender-me”. Prossegue, dizendo que Zenith (1992, p. 221) “alia a condição de mau entendedor [...] à natural incapacidade para fazer crítica” e contestando que as cotas dos documentos transcritos tivessem de constar da sua edição:

Pois não contrapõe o comentador às razões de pragmática editorial que dou em prefácio para a abolição das cotas (que no espólio localizam mecanicamente os textos, muitas vezes até subvertendo a ordem real deles ou parcelando o que frui de unidade) um meu hipotético acautelamento para que “outros não roubassem o fruto de tanto trabalho”? [...] E assim julga, certamente, este tradutor creditar o recurso a doze páginas de cotas inseridas em final da obra por si retrovertida. Como, em verdade, lograria o público de língua inglesa saborear, sem essas páginas, os seus primores tradutivos? (CUNHA, 1993, p. 219).

Questão hoje ultrapassada, na medida em que qualquer editor de documentos do espólio pessoano sabe dever cumprir esta formalidade, a indicação das cotas era à data matéria de discussão. Na verdade, uma entre várias matérias de debate, nem sempre travado com temperança. Por isso, a percepção de que terceiros conservam um tom menos acalorado na troca de argumentos do que os responsáveis (Zenith traduzira o *Desassossego* para a Carcanet Press em 1991 e editá-lo-ia para a Assírio & Alvim em 1998) terá contribuído para uma iniciativa singular da *Colóquio/Letras*: passar a palavra dos editores para adeptos de editores. Assim, em 2000, nas páginas desta revista, Fernando Cabral Martins apoiou a edição Zenith e Sidónio Paes escreveu a favor da edição Sobral Cunha (MARTINS, 2000; PAES, 2000). As revisões sucessivas destes trabalhos editoriais, a que depois se juntou a edição crítica elaborada por Jerónimo Pizarro (o qual mais tarde preparou novas edições na Tinta-da-China), multiplicaram as vias de acesso ao *Desassossego*. Número tão notório de edições – sinal da dificuldade de editar este projecto de Pessoa, mas também da sua grandeza enquanto autor – sugeria que o *Desassossego* continuava, como dizia Eduardo Prado Coelho, adiado. Digo “adiado” não porque houvesse no horizonte, mais próximo ou mais distante, uma possibilidade de resolução de parte importante das inquietações editoriais, mas porque a indeterminação era (e é) condição inerente a este projecto. O lado mais sombrio desta proliferação editorial, com méritos e deméritos que em boa medida não se anulam, conduziu ao lamento de alguém como Eduardo Lourenço (2001, p. 114), que, no início deste século, jubiloso perante a publicação de Pessoa na Pléiade francesa, escreve a respeito da difusão em português: “é duvidoso que alguma vez possamos gozar em relação ao poeta da Ode Marítima dessa espécie de paz erudita que se liga à ideia de edição crítica”.

Ora, a paz não é um objectivo da edição crítica, que precisamente instabiliza os conhecimentos dados por adquiridos acerca do texto editado. Adicionalmente, em especial no caso da edição de um *corpus* constituído por documentação autógrafa, o paradigma do texto único não serve às necessidades do nosso tempo. Compreender o texto na sua historicidade implica frequentemente mais do que um único ponto de vista, implicação agudizada no caso do património textual de

Fernando Pessoa (em parte significativa inédito e incompleto, à data da sua morte). Portanto, a paz que Eduardo Lourenço deseja nem é possível, nem é desejável. Daqui decorre que um *modicum* de tensão conflitual entre contributos alternativos seja o caminho necessário, dele aproveitando não apenas os leitores, mas, em primeiro lugar, os editores, que só têm a ganhar ao incorporarem soluções de colegas que lhes pareçam mais persuasivas do que as propostas por eles próprios. Talvez não seja inútil tentar representar por imagens o que caracteriza estes episódios conflituais de incorporação de uma força alheia. Não servem para este fim os escudos deflectores da nave especial *Enterprise*, da série televisiva *Star trek*, pois têm um papel estritamente defensivo e de duração limitada (cf. https://memory-alpha.fandom.com/wiki/Deflector_shield). Mais pertinente para essa visualização se mostra a personagem dr. Gero (também conhecido por Android 20), da série *Dragon ball* (https://dragonball.fandom.com/wiki/Dr._Gero), o qual consegue absorver a energia dos adversários; e também a aplicação de algumas técnicas *Nage-Waza* do judô, com a força e movimento do adversário a serem utilizadas para provocar a sua projecção. Já no domínio da literatura, algo de aparentado pode ver-se na maneira como James Joyce integra em texto preparatório de *Finnegans Wake* as críticas que Wyndham Lewis lhe dirige num ensaio publicado na revista *The Enemy* – o autor irlandês escreve a Sylvia Beach, dizendo ter permitido à sua personagem Shaun “to speak with the voice of The Enemy” (VAN HULLE, 2004, p. 86).

No campo propriamente editorial, a integração da revisão elaborada por terceiros tem um exemplo luminoso na edição Petschenig/Kreuz das *Colações*, a obra maior do Padre da Igreja João Cassiano (CASSIANUS, 2004). Este importante trabalho parte do reconhecimento de que, com um número de alterações em certos lugares do texto crítico, a edição de Michael Petschenig publicada no final do século XIX permanece globalmente atendível. Por isso, Gottfried Kreuz reservou para si próprio o papel de suplementador: seleccionou os lugares críticos que exigiam intervenção e neles introduziu as alterações julgadas pertinentes. A opção poderia ter sido, mas não foi, a de Kreuz reclamar o papel de editor, indicando os lugares do texto que tinham merecido outra fixação da parte de Petschenig. E esta última teria sido a opção mais corrente nos nossos dias, pois os aparatos críticos assinalam, com economia, apenas as divergências de leitura relativamente a editores anteriores. Isto significa que a zona, normalmente extensa, de concordância entre diferentes edições passa despercebida perante o registo de diferenças tantas vezes cirúrgicas. No entanto, em alternativa a este modo de poupança (para que dizer de um poema de 24 versos que o editor mais recente concorda com o anterior em 23 deles?), o formato, também económico e mais transparente, de Kreuz tem virtudes indesmentíveis.

Por que motivos, apesar do que escrevi antes, as convenções vigentes não favorecem a representação da revisão à maneira de Kreuz? Em geral, por causa da subvalorização da edição enquanto trabalho intelectual, que seria ainda mais deflacionada caso o editor mais recente se apresentasse como um mero continuador de quem o antecedeu. No caso dos estudos pessoanos, vejo razões adicionais: nenhum editor de referência da obra pessoana viveu em época remota (ao contrário do que sucede com Petschenig); a fixação de boa parte do texto de Pessoa só agora tem atingido níveis de estabilização que possam competir com o da obra de Cassiano; interesses comerciais incentivam visões apropriativas do trabalho editorial (mas, cf. SHILLINGSBURG, 2009, § 35). Além destas, há ainda

uma outra razão capital no que diz respeito ao *Desassossego*, pois, das três actividades subjacentes ao trabalho editorial desde a vulgata Prado Coelho/Galhoz/Cunha, só uma (a da decifração) permite uma visão progressiva, segundo a qual cada novo trabalho se baseia numa afinação do anterior. Já as outras duas actividades (recensão do *corpus* e ordenação) são fundamentalmente impermeáveis a visões de progresso.

Importa explicar o que tenho em mente com a ideia de que certas actividades da edição do *Desassossego* não apontam para um progresso (no sentido de que não resolvem um problema anteriormente identificado). A este respeito, veja-se o Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre as principais edições do *Livro do desassossego* quanto ao número de fragmentos e ao critério de ordenação

Edição	Ano	Editadora comercial	Fragmentos	Critério de ordenação
Coelho/Galhoz/Cunha	1982	Ática	520	Manchas temáticas
Cunha	1997-2008	Relógio d'Água	723	Cronológico
Zenith	1998-2009	Ática	514	Subjectivo
Pizarro	2010	Imprensa Nacional-Casa da Moeda	586	Cronológico

Fonte: Giménez (2013, p. 59).

É possível observar diferenças substanciais tanto na constituição do *corpus* quanto na seriação a que foram submetidos os fragmentos. Este último factor de variação leva a que o mesmo fragmento surja em posições distintas nas diversas edições, como se pode ver pela colocação do texto “Prefiro a prosa ao verso”: nº 13 na edição inaugural; presente na p. 493 da edição de Cunha (que não numera os fragmentos); é o nº 234 na edição de Zenith; e o nº 331 na edição de Pizarro (cf. GIMÉNEZ, 2013, p. 60). Na ausência de um documento de Pessoa que identifique os fragmentos e a ordem por que eles devem ser considerados numa edição consensual do projecto, estas duas dimensões do trabalho editorial (definição do *corpus* e organização) não admitem possibilidades reais de avanço na direcção de um acordo global entre os editores, ou sequer de uma sensibilidade dominante na comunidade pessoana.

Agora agora. Lançado em 2017, o *Arquivo LdoD* corresponde de maneira singular ao desafio colocado por estas questões. Recorde-se o extraordinário apontamento do *Desassossego* datado de 18 de julho de 1916 cujo *incipit* serviu de identificador ao projecto de investigação que esteve na base do *Arquivo*⁵:

5 Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do *Livro do desassossego* (referência PTDC/CLE-LLI/118713/2010), do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. Projeto financiado pela FCT e cofinanciado pelo Feder, por meio do Eixo I do Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC) do QREN, COMPETE: FCOMP-01-0124-FEDER-019715.

Nenhum problema tem solução. Nenhum de nós desata o nó gordio; todos nós ou desistimos ou o cortamos. Resolvemos bruscamente, com o sentimento, os problemas da inteligência, e fazemo-lo ou por cansaço de pensar, ou por timidez de tirar conclusões, ou pela necessidade absurda de encontrar um apoio, ou pelo impulso gregario de regressar aos outros e à vida. § Como nunca podemos conhecer todos os elementos d'uma questão, nunca a podemos resolver. § Para atingir a verdade faltam-nos dados que bastem, e processos intellectuaes que esgotem a interpretação d'esses dados (PESSOA, 2010, I, p. 139).

De acordo com o apontamento pessoano, uma das ideias subjacentes ao *Arquivo* é que, não havendo soluções para um certo problema, se somam as aproximações de que foi alvo. A ser assim, o que o *Arquivo* parece pôr em prática é deslocar para as edições de referência do *Desassossego* o que Bédier propõe para o tratamento editorial de textos antigos e Hans Zeller para a edição de textos modernos. Ao tratar do *Lai de l'Ombre*, Bédier abdica do paradigma do texto único, reconhecendo ser incapaz de identificar o melhor manuscrito, e acaba por propor uma edição baseada num *bom* testemunho (ou seja, um entre outros bons manuscritos; cf. BÉDIER, 1970, p. 3 e 17). Por seu lado, Zeller (1975) advoga que a edição dos textos modernos deve partir do reconhecimento da existência de versões (detectáveis pela identificação de, ao menos, uma diferença textual que não seja imputável a erro de transmissão) entre os materiais conservados. Em conformidade com essas posições, o *Arquivo* não procura eleger a melhor edição, disponibilizando boas edições (Bédier) ou versões possíveis do que seria o *Desassossego* (Zeller).

É redutor afirmar que em relação às questões para as quais não se vislumbra progresso, nos termos antes apresentados, o *Arquivo LdoD* se limite a propor uma soma, de acordo com o paradigma de texto múltiplo. É redutor afirmá-lo porque, em primeiro lugar, já na disponibilização das edições de referência, o que está a ser feito é uma consagração, em obediência à dimensão social destes trabalhos. Independentemente de serem mais ou menos conseguidas (quaisquer que sejam os critérios por que se guie a avaliação de cada uma delas), essas edições foram publicadas, encontraram leitores (em conjunto, terá sido por intermédio delas que o *Desassossego* foi mais lido), exerceram influência, despertaram comportamentos numa medida maior do que quaisquer outras (por exemplo, as de Petrus). Mesmo assim, dizer que o *Arquivo* é uma sinopse e uma consagração também constitui uma descrição muito incompleta, pois, por exemplo, os seus responsáveis, acreditando nas possibilidades de aperfeiçoamento da decifração, não deixaram de oferecer eles próprios uma transcrição conservadora (a edição do *ArquivoLdoD*: <https://ldod.uc.pt/edition/acronym/LdoD-Arquivo>). Ainda que com referência a esta edição, a descrição permanece incompleta, pois, entre várias outras valências que não abordarei, o *Arquivo* procura conjugar a função representacional commumente atribuída às edições, de que não prescinde, com uma função simulatória, muitíssimo mais rara em Portugal e também por isso mais dinamizada no *Arquivo*, notando-se, por isso, um investimento no presente como o tempo próprio da *performance* com base em edições.

Por função representacional Manuel Portela entende a correspondência dos ficheiros de imagem e dos ficheiros de texto a um conjunto de documentos. Já a função simulatória corresponde a uma tentativa de “maximizar as novas propriedades resultantes da remediação digital” (PORTELA, 2013, p. 10). Que propriedades são estas? No seguimento de propostas de Johanna Drucker, seriam as seguintes:

Reconfiguração contínua dos artefactos digitais ao nível do código, a capacidade de marcar eletronicamente essas reconfigurações, a agregação de documentos e dados em ambientes integrados, e a criação de espaços de interação colaborativa e intersubjetiva (PORTELA, 2013, p. 11).

Note-se de passagem que nenhuma dessas propriedades deriva do que a filologia elegeria como aspecto nuclear: não o nível da codificação, mas sim o plano do conteúdo codificado, que fica adstrito à função representacional.

Das quatro propriedades, gostaria de me centrar na última. O *Arquivo LdoD* dá a possibilidade aos seus utilizadores de criar “edições virtuais” do *Livro do desassossego* a partir de uma escolha de fragmentos, da sua organização, anotação e etiquetagem (SILVA; PORTELA, 2013a, p. 48-49). O que se destaca no *Arquivo* como denominador comum às edições dos peritos⁶ e a essas apropriações é ambas serem entendidas enquanto acções hermenêuticas: “Uma interpretação é o conjunto formado por uma transcrição e pela metainformação que lhe está associada” (PORTELA; SILVA, 2017). De forma mais circunstanciada, veja-se como o nexos entre edição e interpretação é explicado pelos coordenadores do *Arquivo*:

Concebemos o Arquivo LdoD em torno de dois conceitos: edição e interpretação. Uma interpretação representa o modo como uma pessoa, ou uma comunidade, atribui sentido a um fragmento. Esta interpretação vai desde a transcrição de um fragmento até à sua interpretação semântica, esta última através de anotação e etiquetagem. Uma edição agrega um conjunto de interpretações de fragmentos que partilhem um critério interpretativo comum. Portanto, uma edição pode ser entendida como o conjunto de fragmentos que estão em conformidade com uma série de critérios. O trabalho editorial é a definição destes critérios e a sua aplicação, enquanto anotações e etiquetas, aos fragmentos (SILVA; PORTELA, 2013a, p. 47).

O protagonismo atribuído no fim do passo citado a acções de anotação e de codificação está em sintonia com um alargamento do conceito tradicional de edição que é promovido no *Arquivo*. Com efeito, numa espécie de *mise en abyme* terminológico, este conceito é explorado no *Arquivo* em quatro modalidades distribuídas por três níveis: uma edição de edições de edições. O nível mais inclusivo é o da edição como arquivo – semelhante, nesse sentido estrito, ao *Dicionário de dicionários do galego medieval* (SEOANE; LA GRANJA; AGRELO, 2008-2016) ou ao *Corpus lexicográfico do português* (VERDELHO, 2003-2006); o segundo nível, com duas modalidades, corresponde ao das edições dos peritos, bem como à chamada edição do *Arquivo LdoD* (transcrição conservadora dos testemunhos do *Desassossego* que foi realizada pela equipa do projecto)⁷; o terceiro nível é o de todas as outras edições virtuais⁸.

O que distingue fundamentalmente as edições de nível 2 das de nível 3 é estas terem de estar vinculadas àquelas, que por sua vez são as únicas a reproduzir trabalho feito directamente sobre os testemunhos. Mas há outras diferenças: por exemplo, o *Arquivo* não atribui às edições virtuais um modo de citação, como faz para as outras, quer a de nível 1, o próprio arquivo (veja-se o final de <https://ldod>).

6 A expressão “edições dos peritos”, corrente no *Arquivo*, diz respeito às edições de referência, resolvendo o facto de só uma delas se apresentar como edição crítica e destacando a circunstância de todas resultarem de trabalho directo sobre o espólio pessoano.

7 As reproduções das imagens dos testemunhos poderia talvez ser também considerada como pertencente a este nível 2.

8 Este nível, aliás, pode ampliar-se, uma vez que edições virtuais podem gerar outras edições virtuais.

uc.pt/about/archive: “Como citar o *Arquivo LdoD?*”), quer as de nível 2 (cujas indicações bibliográficas são fornecidas na secção E de <https://ldod.uc.pt/about/articles>). No próprio menu horizontal, os trabalhos dos peritos são acessíveis pela aba “Edições”, enquanto as apropriações são disponibilizadas na aba “Virtual”.

Esclarecida a extensão de uso a que o termo “edição” se presta na plataforma, importa notar que, sem abdicar da soma das representações que constituem as edições dos peritos, a tónica do *Arquivo* diz especialmente respeito às múltiplas apropriações que podem ser entendidas como *performances*. O objectivo seria assim criar e explorar um modelo de uso próximo do que se poderia designar “MyDesassossego”. Ou seja, um modelo segundo o qual, conforme Shillingsburg (2009, § 31) imaginou, a edição electrónica é apropriável pelo seu utilizador, a quem é dada a possibilidade de nela usar marcadores, aplicar realces, aproveitar espaço para anotações e até modificar o texto por ela disponibilizado⁹.

Ora, para promover a realização de edições virtuais, as explicações pedagógicas que uma edição crítica em formato de livro exige não são menos necessárias, muito pelo contrário. A importância da pedagogia foi justamente enfatizada num dos artigos clássicos de Hans Zeller, que propõe uma analogia entre edições e equipamentos tecnológicos, verificando que aquelas não costumam vir munidas de instruções de uso, exceptuada a explicação de símbolos, nem se articulam com padrões de segurança (ZELLER, 1995, p. 17). Um aspecto notável do *Arquivo LdoD* é precisamente a dimensão pedagógica, patente na secção das perguntas frequentes (<https://ldod.uc.pt/about/faq>) ou nos vídeos tutoriais e nas oficinas (<https://ldod.uc.pt/about/tutorials>). O sucesso das instruções pode ser estimado pela circunstância de, embora eu seja militantemente alheio de redes sociais e semiletrado no uso de ferramentas electrónicas, ter conseguido fazer sem dificuldades especiais a minha edição virtual no espaço colaborativo do *Arquivo*.

Primeiro, registei-me como utilizador, tendo subscrito um código de conduta cuidadosamente redigido, que, entre outras finalidades, visa evitar o inferno de insultos que caracteriza as redes sociais. Depois, intitulei a edição que iria fazer; atribuí-lhe uma sigla; determinei que, numa fase inicial, ela não estaria disponível publicamente; e redigi uma sinopse, num campo de preenchimento facultativo. A seguir, seleccionei os fragmentos do *Desassossego* que me interessava incluir, tendo-me baseado no trabalho editorial mais conservador disponível na plataforma (a edição do *Arquivo LdoD*), e procedi à sua ordenação segundo um critério cronológico. Finalmente, exercitei-me a anotar o texto a que recorri, de acordo com a identificação de certas acções dos editores (correções de lapsos constantes dos testemunhos). E pronto, quando entro enquanto utilizador registado no *Arquivo* e, na barra horizontal, selecciono “Edições virtuais”, tenho acesso a todas as edições deste tipo (cerca de 100 publicamente acessíveis em dezembro de 2020), designadamente à minha, que posso modificar em múltiplos aspectos.

Não é inútil destacar algumas particularidades do que pude fazer na minha edição virtual. De acordo com certas facetas de uma proposta que apresentei

9 Já na sua versão actual, o *Arquivo LdoD* representa um avanço sobre o estado dominante das edições digitais descrito por Shillingsburg há pouco mais de dez anos. Estariam elas marcadas pelo protecçãoismo do trabalho editorial, explorado para evitar que o utilizador delas se apropriasse. Daqui resultaria que as edições digitais se encontrariam bem longe da conveniência de um banal livro de bolso, passível de ser anotado e até corrigido no caso de o seu utilizador encontrar algum erro (Shillingsburg, 2009, § 28). O *Arquivo* promove a leitura anotada, não permitindo (por enquanto?) a correcção das edições de referência, aspecto a que voltarei adiante.

noutra ocasião (DIONÍSIO, 2008), pude pôr em prática um programa ascético da constituição do *corpus* do *Desassossego*, tendo seleccionado apenas os fragmentos publicados em vida. Trata-se somente de 12 os textos que preenchem esse requisito e tenho dúvidas de que alguma casa editora convencional aceitasse fazer uma publicação assim. Aliás, quando no elogio das edições digitais se costuma mencionar a capacidade de armazenamento muitíssimo superior ao do formato livro, o reconhecimento deve ser igualmente feito na direcção oposta, pois não há um limite mínimo para o seu conteúdo. A este respeito, consultadas as edições virtuais públicas do *Arquivo*, algumas são constituídas por um único fragmento e outras, embora já acessíveis, dispõem apenas do título (e da sigla), não apresentando ainda conteúdo¹⁰. Outra particularidade diferenciadora – e este é porventura o maior estímulo para alguém participar na dimensão colaborativa das edições virtuais dinamizada pelo *Arquivo* – é que o editor pode destruir as edições que venha a elaborar. Por isso, não se tratando de um produto necessariamente perecível, a experimentação é incentivada, sem risco de que o editor se veja impossibilitado de corrigir algum aspecto da edição ou mesmo toda a edição¹¹.

Além disso, desde que o código de conduta seja respeitado, o editor dispõe de ampla margem de manobra, nem tendo de observar algum livro de estilo (daí o título da minha edição aludir, com gosto duvidoso, a uma loja de bolos situada no bairro de Campo de Ourique, em Lisboa), nem tendo de ser verdade o que se diz na sinopse (a que redigi baseia-se numa ficção do tipo “manuscrito encontrado”). Mesmo o impedimento de publicar conteúdo insultuoso ou difamatório (primeiro artigo do código de conduta) parece admitir falsas citações, nomeadamente uma paródia, que também coloquei na sinopse, inspirada no *Ultimatum* de Álvaro de Campos.

Depois destas observações sobre a natureza das edições dos peritos e o modo de funcionamento das edições virtuais, convém explicar por que razão estes dois formatos foram colocados lado a lado. Segundo os coordenadores, um dos objectivos do *Arquivo* seria promover a colaboração entre produtores e utilizadores de edições (por ex., SILVA; PORTELA, 2013a, p. 40). Mas como fazer isto? A abordagem desenvolvida foi no sentido de criar um compromisso entre as expectativas dos peritos e as dos utilizadores comuns, por isso se afastaram de propostas como as de Ray Siemens (cf. SIEMENS *et al.*, 2012), que vê no editor um coordenador de contributos provenientes da comunidade mais do que uma figura singular de referência, e foram sensíveis às reservas dos peritos em relação à edição social por causa das competências especializadas necessárias para a realização de uma edição, em sentido estrito, do *Livro do desassossego*¹². O compromisso traduziu-se na garantia de que o *Arquivo* permitiria edições virtuais produzidas por pessoas que não fossem especialistas na condição de as basearem nas edições dos peritos, mas sem misturas. Como se procurou preservar a separação entre os contributos dos peritos, de um lado, e da comunidade, de outro lado, o

10 “cyberlogar” inclui apenas um fragmento; “Escrita”, nenhum.

11 Como dizem Manuel Portela e António Rito Silva (2015, p. 37, grifo nosso): “As edições virtuais serão outras formas possíveis (*temporárias* ou persistentes) de produzir um livro no contexto das funcionalidades colaborativas e dinâmicas oferecidas pelo arquivo”. O conceito subjacente a uma iniciativa como <https://arquivo.pt/> pode ameaçar a beleza desse tipo de destruição, mas por enquanto o risco parece ser diminuto. Segundo a apresentação: “O Arquivo.pt é uma infraestrutura de investigação que permite pesquisar e aceder a páginas da web arquivadas desde 1996. O principal objetivo é a preservação da informação publicada na Web para fins de investigação”.

12 Essas reservas são diferentes em grau, mas não na natureza, das objecções de Teresa Sobral Cunha à crítica que lhe foi dirigida por Richard Zenith.

desafio adicional seria o da promoção da colaboração entre os dois grupos (SILVA; PORTELA, 2013a, p. 46-47, 49).

Um nível da colaboração é determinado à partida, pois, como vimos, os editores virtuais precisam de se basear nalguma edição dos peritos, que são estáticas (texto e codificação encontram-se fixados), o que garante aos responsáveis pelas edições virtuais uma ancoragem textual genericamente comum (SILVA; PORTELA, 2013a, p. 48; 2013b, p. 111; 2014-2015, p. 9)¹³. Adicionalmente, tanto os peritos quanto os utilizadores comuns podem fazer edições virtuais (SILVA; PORTELA, 2014-2015, p. 2, 9). Assim, os níveis de colaboração são, a bem dizer, programados e unidireccionais, no primeiro caso, e de convivência paralela, no segundo. De facto, a coexistência entre os dois grupos é garantida através de papéis diferenciados na zona da edição dos peritos (estes podem fazê-las – ou melhor, podem tê-las feito; os utilizadores leigos têm de as usar); e de papéis partilhados na zona das edições virtuais (que podem ser realizadas por ambos os grupos). Um tal desenho do *Arquivo* visa, entre outros objectivos, dotar os utilizadores leigos de um mais alto grau de consciência acerca do trabalho editorial, nomeadamente da sua natureza conjectural (PORTELA; SILVA, 2016, p. 207) e permitir aos peritos a experiência de fazer edições que sejam o resultado da agregação de um *corpus*, da sua ordenação, anotação e etiquetagem.

O que resulta em termos práticos desta concepção no final de 2020? Quanto ao último aspecto, se excluirmos os coordenadores e colaboradores do *Arquivo*, o único perito envolvido neste tipo de actividade parece ser Carlos Pittella, responsável pela edição virtual “Para ler em voz alta”. Quanto ao primeiro aspecto, o que se pode observar nas edições virtuais acessíveis publicamente não é, em geral, que a percepção da natureza conjectural das edições dos peritos tenha levado os utilizadores leigos a uma escolha fundamentada da base das suas próprias edições. Por outras palavras, a tomada de consciência de que cada edição dos peritos é uma hipótese de trabalho poderia ter feito com que os editores virtuais estimassem os argumentos favoráveis e menos favoráveis a cada uma delas antes de elegerem a que forneceria o texto para as respectivas apropriações. É nas sinopses das edições virtuais que se pode medir o grau de consciência acerca do que há de especial nas edições dos peritos que lhes servem de base. Sucede que, quando a sinopse está disponível e nela se menciona a edição do perito que foi utilizada¹⁴, quase nunca se apresenta alguma razão para essa preferência. Não a encontramos nas seguintes edições virtuais: “Citações no Twitter”, “Aula MP”, “Mallet”, “130 BrevFragMaqui”, “MATLIT_Classification Game”, “Jogar e classificar”, “Literatura em meios digitais”, “Fernando Pessoa Modernismo”, “A Ciência em Pessoa” e “Anas&Barros”. Neste ponto, julgo ter identificado umas poucas excepções: “Jacinto do Prado Coelho – edição anotada”, cujo trabalho de partida é seleccionado tendo em vista a agregação ao texto das anotações extraídas dos índices remissivos da edição de 1982; e, em conjunto, “Receção Crítica 1” e “Receção Crítica 2”, constituídas pelos fragmentos referidos e citados na recep-

13 À data de 15 de dezembro de 2020, quatro produções virtuais estavam também acessíveis na zona das edições dos peritos: “Jacinto do Prado Coelho – edição anotada”, “Jogar e classificar”, “Mallet” e “Citações no Twitter”.

14 É provável que a omissão, na maior parte das sinopses, da referência à edição ou edições de partida seja em parte devida ao facto de todas as transcrições acolhidas por qualquer edição preservarem o identificador da sua proveniência. Isto é, o *Arquivo* garante automaticamente a comunicação do vínculo entre a edição virtual e as interpretações editoriais que a compõem. Por ser automática, a garantia impõe transparência de uso, mas talvez não incentive a tomada de consciência acerca da escolha efectuada.

ção do *Desassossego*, tanto quanto possível vinculados às edições dos peritos que ocasionaram esses mesmos episódios de recepção¹⁵.

Ao difundirem de forma massiva o conteúdo das edições de referência, ao fomentarem a sua manipulação, ao incentivarem na comunidade o desempenho de determinados papéis vulgarmente monopolizados pelos editores do *Desassossego*, os coordenadores do *Arquivo* podem estar a promover a aproximação entre produtores e consumidores de edições de uma maneira nunca antes vista. A julgar pelo número de edições virtuais públicas (e pelas pessoas nelas envolvidas), esta promoção parece até agora ter encontrado uma correspondência menor do que seria desejável e justo: a impressionante quantidade de informação criteriosamente disponibilizada pelo *Arquivo*, a arrumação clara, as instruções de uso, tudo convida a que a comunidade adira *cum gaudio*. Detecto, contudo, uma questão que, se for razoável, espero possa vir a ser tratada num futuro mais ou menos próximo.

As reservas dos peritos em relação à edição social não resultam apenas da verificação de uma perda de poder de facto, na medida em que tomam consciência de que deixam de ser as únicas vias de acesso ao texto editado (esta verificação, na verdade, é apenas uma tomada de consciência mais aguda de que quem escreve não determina a sua interpretação). A questão parece antes ser levantada pelo facto de os coordenadores do *Arquivo* terem definido, num programa de separação diplomática, que importava *preservar* as edições dos peritos, ao passo que se garantia o carácter *dinâmico* das edições virtuais (cf. SILVA; PORTELA, 2013a, p. 50). Um preço a pagar por essa diferença é que essas últimas estão sempre actualizadas (a responsabilidade é exclusivamente imputável aos editores virtuais), enquanto aquelas (exceptuada a de Coelho/Galhoz/Cunha, que, por dois dos seus responsáveis já não estarem vivos, não pode ser revista) carecem de actualização.

Tendo sempre procurado fixar o texto do *Desassossego*, os peritos veem as suas edições fixadas, fechadas. Nestes termos, o perito fica colado a uma edição produzida num determinado momento histórico que hoje – seja qual for o momento correspondente – não é inteiramente assumido. Com efeito, Teresa Sobral Cunha, Jerónimo Pizarro e Richard Zenith, todos eles modificaram as edições que aceitaram disponibilizar por meio do *Arquivo* – trabalhos publicados respectivamente em 2008, 2010 e 2012 (cf. <https://ldod.uc.pt/about/copyright>) –, de maneira que o que está preservado é um produto historicamente datado¹⁶. Daqui decorre que o outro lado da moeda da homenagem prestada pelo *Arquivo* às edições de referência é as visões dos peritos terem sido, digamos assim, musealizadas, enquanto as dos editores virtuais estão vivas e renováveis. Este dado é decisivo para o entendimento do *Arquivo* como um livro continuamente reeditável (SILVA; PORTELA, 2014-2015, p. 19). Poder-se-ia pensar que, na perspectiva dos peritos, dificilmente seria de outra maneira: qualquer anuência contratual a que o *Arquivo LdoD* acolhesse sempre as novas edições que eles produzissem seria um contrassenso em termos comerciais, lesaria a editora que as publicasse e afectaria os próprios termos do contrato. Contudo, nada disto parece estar

15 Outras edições virtuais recorrem a mais do que uma edição de partida, mas sem apresentação do critério de selecção: “Janela”, “Cidadania” e “Leitura”.

16 Na secção E da bibliografia (aba “Acerca”) do *Arquivo LdoD*, encontra-se uma compilação das “Principais edições do *Livro do desassossego*”. Distinguindo com acribia as edições das reimpressões, a informação disponibilizada mostra que Teresa Sobral Cunha publicou nova edição em 2013, Richard Zenith é responsável por outra edição saída em 2014, Jerónimo Pizarro lançou mais duas edições, vindas a lume em 2013 e 2014 (<https://ldod.uc.pt/about/articles>).

em causa, pois, de acordo com o que se lê na secção de “Perguntas frequentes”, os peritos pretendiam que o *Arquivo* divulgasse versões actualizadas dos respectivos trabalhos, mas “a futura atualização dependerá dos recursos disponíveis para recodificar os ficheiros de forma a refletirem as alterações introduzidas numa nova edição determinada” (PORTELA; SILVA, 2017). A mesma razão faz com que a edição do *Desassossego* publicada por Teresa Rita Lopes em 2015 não possa ter sido acolhida até o momento¹⁷. A consequência deste constrangimento é que todas as edições virtuais que não se baseiam na vulgata de 1982 ou na edição do próprio *Arquivo* estão hoje desactualizadas. Como a maior parte das edições virtuais depende dos trabalhos de Teresa Sobral Cunha, Richard Zenith e Jerónimo Pizarro, a fiabilidade daquelas edições fica beliscada.

Ou nem por isso?

Parece-me que à disposição dos editores virtuais estão os seguintes caminhos: o da inteira coincidência com uma edição de referência, anotada de maneira particular (é o caso de <https://ldod.uc.pt/edition/acronym/LdoD-JPC-anot>); o da inteira coincidência com uma edição de referência quanto ao *corpus*, sujeito este a uma reordenação agenciada por uma determinada taxonomia (<https://ldod.uc.pt/edition/acronym/LdoD-Mallet>); e os casos mais frequentes da selecção a partir de uma edição de referência, com ou sem anotação, com ou sem reordenação. Observadas as edições virtuais públicas existentes hoje, predominam as selectas, sendo excepcional a coincidência inteira quanto ao *corpus*¹⁸. Neste contexto, levantar a questão da actualização das edições dos peritos pode ser falacioso: as selectas, as reordenações e as experiências de taxonomia ou têm uma função contingente (foram elaboradas para um determinado momento, em certas circunstâncias, para determinadas pessoas, sendo a edição agora uma memória dessa contingência) ou contribuíram para testes e jogos que podem ser activados independentemente de se estar a usar uma ou outra edição.

O futuro agora. A história editorial do *Livro do desassossego*, embora tenha começado tarde, depressa ganhou as características típicas dos debates, frequentemente intensos, em torno da edição das obras inéditas e inacabadas de Fernando Pessoa. As maneiras alternativas de lidar com aquele projecto foram cimentando no público leitor a existência de diferentes vias de acesso à escrita do *Desassossego*. Quase quatro décadas depois da publicação da vulgata Prado Coelho/Galhoz/Cunha, a criação do *Arquivo LdoD* consagrou o paradigma do texto múltiplo através de uma plataforma cujas características a aproximam dos sítios de conhecimento imaginados por Peter Shillingsburg. Tendo sido concebido como um espaço que dinamiza acções de leitura, de edição e de criação, o *Arquivo* permite, no momento em que escrevo, a exploração tanto da leitura como da edição. O modo como esta exploração é dinamizada procura um ponto de equilíbrio entre os interesses dos peritos e as utilizações anónimas. As edições daqueles, intocáveis no plano da fixação do texto, mas permitindo que haja novas ordenações, anotações e etiquetagens, mostra que a transcrição continua a ser a função socialmente mais reconhecível das edições académicas. Cerca de três anos depois do seu lançamento, o *Arquivo* é já uma montra muito hetero-

¹⁷ Na sua versão actual, o *Arquivo* incorpora um volume gigantesco de horas de codificação. Esta, a ser exaustivamente aplicada a todos os pontos de divergência textual, tendo em conta as actualizações das edições dos peritos, poderia ameaçar o projecto de inxequibilidade.

¹⁸ Actualmente a maior parte destas edições é resultante de práticas de aprendizagem do funcionamento do *Arquivo*, desenvolvidas no âmbito de oficinas organizadas para o efeito (agradeço esta informação a Manuel Portela).

gênea de usos privados (ou de grupos) tornados públicos e permite confirmar (celebra?) que certos problemas da crítica textual não têm solução. Se Eduardo Lourenço tivesse hoje a possibilidade de ver o *Arquivo*, estou em crer que não se lembraria de metáforas bélicas de conflito, mas ficaria talvez fascinado com a dimensão lúdica das apropriações de um património textual esquivo. O futuro dessa plataforma depende, claro, dos seus coordenadores e da comunidade, não podendo ser calculado a não ser de maneira muito aproximativa. Julgo, no entanto, que quando a nova componente de criação a partir dos fragmentos pessoais for plenamente implementada (cf. PORTELA; MAGALHÃES, 2020, p. 320-323), o equilíbrio diplomático entre os interesses dos peritos e os dos utilizadores leigos (obtido à custa da estabilização do produto de uns e da ductilidade produtiva atribuída a outros) será mais tênue e o *Arquivo* será ainda mais evidentemente comunitário.

MAKING EDITIONS OUT OF EDITIONS: EXPERTS AND COMMUNITIES

Abstract: The first part of this article presents the external history and the reception of the first editions of Fernando Pessoa's *The book of disquiet*. The project-like status of the *Book* is confirmed by different editing approaches, which, in regard to the *corpus* and its organization, have not reached a consensus. Such diversity of appropriations is made available and enhanced at the *Arquivo LdoD*, a digital platform that seeks to conciliate what matters to experts with the interests of the community. The article reflects upon the fashion in which this conciliation is carried out on the platform.

Keywords: Digital archive. Scholarly editions. Social edition. Fernando Pessoa. *The book of disquiet*.

REFERÊNCIAS

- A IRRADIAÇÃO de Fernando Pessoa além-fronteiras: o *Livro do desassossego* e a obra em geral. *Colóquio/Letras*, n. 87, p. 115, set. 1985.
- BÉDIER, J. *La tradition manuscrite du Lai de l'ombre*. Réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes. Paris: Honoré Champion, 1970.
- BLANCO, J. (ed.) *Livro do desassossego*. In: MARTINS, F. C. (coord.). *Modern!smo: Arquivo Virtual da Geração de Orpheu*. Lisboa: IELT-FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/1/640-livro-do-desassossego-ed>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- BRÉCHON, R. Recensão crítica a *Livro do desassossego* por Bernardo Soares, recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática, 1982. *Colóquio/Letras*, n. 72, p. 100-102, mar. 1983.
- CASSIANUS. *Collationes*. Edidit Michael Petschenig. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2004. Editio altera supplementis aucta curante G. Kreuz.

- COELHO, E. P. Balanço do ano literário de 1982 em Portugal. *Colóquio/Letras*, n. 72, p. 5-6, mar. 1983.
- COELHO, E. P. *Os universos da crítica: paradigmas nos estudos literários*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CUNHA, T. S. Ainda o *Livro do desassossego*. *Colóquio/Letras*, n. 129-130, p. 217-220, jul. 1993.
- DIONÍSIO, J. “Integrität” und Echtheit im Werk Fernando Pessoa. *Editio. Internationales Jahrbuch für Editionswissenschaft*, n. 22, p. 191-203, 2008.
- GIMÉNEZ, D. Fragmentação e edição no *Livro do desassossego*. *Matlit: Materialidades da Literatura*, v. 1, n. 1, p. 57-73, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2182-8830_1-1_3. Acesso em: 28 dez. 2020.
- LOURENÇO, E. Pessoa entre os seus. *Visão*, p. 114, 27 dez. 2001.
- MARTINS, F. C. Editar Bernardo Soares. *Colóquio/Letras*, n. 155-156, p. 220-225, jan. 2000.
- PAES, S. de F. B. *Livro do desassossego: reflexões de um leitor pessoano sobre várias versões*. *Colóquio/Letras*, n. 155-156, p. 193-215, jan. 2000.
- PESSOA, F. Pobre velha música! *Athena*, n. 1, p. 83, out. 1924-fev. 1925.
- PESSOA, F. *Livro do desassossego*. Edição Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010. v. I.
- PESSOA, F. *Mensagem e poemas publicados em vida*. Edição Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional, 2018.
- PESSOA, F. *Vinte anos de poesia ortônima: 1915-1920*. Edição João Dionísio. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020. v. I.
- PICCHIO, L. S. *A lição do texto: filologia e literatura*. Tradução Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.
- PORTELA, M. “Nenhum problema tem solução”: um arquivo digital do *Livro do desassossego*. *Matlit: Materialidades da Literatura*, v. 1, n. 1, p. 9-33, 2013. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830_1-1_1/pdf. Acesso em: 8 dez. 2020.
- PORTELA, M.; MAGALHÃES, C. The book of disquiet digital archive as a role-playing experiment. In: GERVAIS, B.; MARCOTTE, S. (ed.). *Attention à la marche! Penser la littérature électronique en culture numérique/Mind the gap. Thinking electronic literature in a digital culture*. Montréal: Les Presses de l'Écureuil, 2020. p. 307-325. Disponível em: <http://nt2.uqam.ca/en/elo-2018>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- PORTELA, M.; SILVA, A. R. A dinâmica entre arquivo e edição no *Arquivo LdoD*. *Colóquio/Letras*, n. 188, p. 33-47, jan. 2015.
- PORTELA, M.; SILVA, A. R. *Acerca. Perguntas frequentes*. 2017. Disponível em: <https://ldod.uc.pt/about/faq>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- PORTELA, M.; SILVA, A. R. (org.). *Arquivo LdoD: arquivo digital colaborativo do Livro do desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://ldod.uc.pt/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

PORTELA, M.; SILVA, A. R. Encoding, visualizing and generating variation in Fernando Pessoa's *Livro do desassossego*. *Variants*, n. 12-13, p. 189-210, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/variants/356>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SARAIVA, A. *Fernando Pessoa poeta*: tradutor de poetas. Os poemas traduzidos e o respectivo original. Porto: Lello Editores, 1996.

SEOANE, E. G.; LA GRANJA, M. A. de; AGRELO, A. I. B. (coord.). GÓMEZ, X. G. (processamento informático e versão para web). *Dicionario de dicionarios do galego medieval*. *Corpus lexicográfico medieval da lingua galega*. Vigo-Santiago de Compostela: Seminario de Lingüística Informática/Grupo Talg – Instituto da Lingua Galega, 2008-2016. Disponível em: <http://sli.uvigo.es/DDGM/index.php>. Acesso em: 8 dez. 2020.

SHILLINGSBURG, P. *From Gutenberg to Google*: electronic representations of literary texts. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SHILLINGSBURG, P. How literary works exist: convenient scholarly editions. *Digital Humanities Quarterly*, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000054/000054.html>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SIEMENS, R. *et al.* Toward modeling the social edition: an approach to understanding the electronic scholarly edition in the context of new and emerging social media. *Literary and Linguistic Computing*, v. 27, i. 4, p. 445-461, dez. 2012. With the ETCL, Inke, and PKP Research Groups. Disponível em <http://web.uvic.ca/~siemens/pub/2011-SocialEdition.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SILVA, A. R.; PORTELA, M. Social edition 4 the book of disquiet: the disquiet of experts with common users. In: KORN, M.; COLOMBINO, T.; LEWKOWICZ, M. (ed.). *CSCW 2013: Adjunct Proceedings*. The 13th European Conference on Computer-Supported Cooperative Work. Aarhus: Department of Computer Science, Aarhus University, 2013a, p. 45-50. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/daimipb/article/view/13587/11586>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA, A. R.; PORTELA, M. TEI4LdoD: textual encoding and social editing in web 2.0 environments. In: CIOTTI, F.; CIULA, A. (ed.). *The linked TEI: text encoding in the web*. TEI Conference and Members Meeting 2013, Book of Abstracts. Roma: Digilab/Università La Sapienza, 2013b. p. 119-126.

SILVA, A. R.; PORTELA, M. TEI4LdoD: textual encoding and social editing in web 2.0 environments. *Journal of the Text Encoding Initiative*, v. 8, selected papers from the 2013 TEI Conference, p. 1-27, Dec. 2014-Dec. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/jtei/1171>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VAN HULLE, D. *Textual awareness*: a genetic study of late manuscripts by Joyce, Proust, & Mann. Ann Arbor: The University of Michigan, 2004.

VERDELHO, T. (coord.). *Corpus lexicográfico do português*. Aveiro: Universidade de Aveiro – CLUL, 2003-2006. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>. Acesso em: 8 dez. 2020.

ZELLER, H. A new approach to the critical constitution of literary texts. In: BOWERS, Fredson. *Studies in Bibliography*, 1975. v. 28, p. 231-264.

ZELLER, H. Record and interpretation: analysis and documentation as goal and method of editing. In: GABLER, H. W.; BORNSTEIN, G.; BORLAND PIERCE, G.

(ed.). *Contemporary German editorial theory*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995. p. 17-58.

ZENITH, R. *Um novo Livro do desassossego?* *Colóquio/Letras*, n. 125-126, p. 219-221, jul. 1992.